



Uso da crise para cabalar voto

Não são apenas os candidatos bolsonaristas ao Senado que exploram o STF. Aliados de Lula também cobram postura da Corte

» LUÍZA ALTOÉ

A crise do Supremo Tribunal Federal (STF) não tem sido somente uma farta munção para os presidencialistas de direita tentarem desgastar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atrelando-o aos ministros diretamente relacionados ao caso Master — sobretudo Alexandre de Moraes. Tornou-se um ativo eleitoral também para postulantes ao Senado, que vêm explorando o tema nas campanhas ao ressaltarem a necessidade de se fazerem investigações contra integrantes da Corte.

O **Correio** analisou a posição dos candidatos ao Senado que lideram as pesquisas desde julho nos três principais colégios eleitorais do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), esses estados juntos correspondem a 40% do eleitorado nacional.

Os embates no STF não pouparam nem mesmo candidatos ao Senado aliados de Lula, que foram levados a se posicionarem para não deixarem o eleitor escapar. Em São Paulo, principal colégio eleitoral do país, Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (MDB) subiram o tom contra Moraes. Pediram investigação do ministro e reformas no Judiciário. “Tem de colocar um freio de arumação urgente e imediato”, defendeu Tebet. Marina avaliou as evidências que ligam o Moraes a Vorcara como “gravíssimas” e que “precisam ser esclarecidas”. “Considero que o afastamento temporário do ministro Alexandre de Moraes, seguindo o devido processo institucional, pode ser a melhor maneira de ele exercer plenamente seu direito de defesa”, cobrou.

Em Minas Gerais, Marília Campos, ex-prefeita de Contagem e candidata do PT ao Senado, exige a apuração dos indícios, mais transparência e a criação de um Código de Ética para os magistrados. “Reforma é necessária. Precisamos de um Código de Ética e de mais transparência. Isso fortalece o Judiciário. Onde houver indício de crime, tem que haver investigação”, disse.

Cobrança

No Rio de Janeiro, a deputada federal Benedita da Silva, também

Vinicius Doria/CB/D.A Press



Marina e Simone tiveram de entrar na onda de críticas ao Supremo para não perderem votos e colocarem em risco as chances eleitorais

candidata ao Senado pelo PT, cobrou investigações e mudanças no STF, como definição de mandatos de 12 anos para os ministros, Código de Ética e impeachment caso haja práticas criminosas. “Defendo que aqueles que se aproveitaram de benefícios ilegais, e fazem investigação seletiva, respondam por seus atos. Mas não bastam medidas pontuais, é preciso reduzir o risco de mal uso do cargo”, frisou, aproveitando para alfinetar o ministro André Mendonça, do Supremo, que vem sendo acusado de direcionar apurações contra Moraes.

Já os candidatos da direita mantiveram o discurso das reformas no Judiciário e do impeachment de Moraes. Acreditam que o cansaço do eleitor com aquilo que classificam como desmandos do Supremo favorecerá a construção de uma maioria ideológica no Senado, o que seria fundamental

para dar andamento aos processos de impeachment que barrados pelo presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre (União-AP) — que deixou claro não pretender dar andamento a nenhum deles. Por sinal, para tentar contorná-lo, na semana passada foi apresentado um projeto para alterar o regimento do Senado e permitir que sejam abertos processos de impeachment quando a matéria tiver o apoio de 49 senadores.

Mesmo com o adiamento do julgamento de uma eventual investigação de Moraes, o tema deve influenciar a escolha do eleitor. É o que antecipa Carlos Eduardo Borenstein, doutor em ciência política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“Mesmo que tenham outros temas, sobretudo no que diz respeito à economia e assuntos de interesse dos estados, a pauta da crise do Supremo vai continuar na agenda.

Funciona como uma espécie de atalho para o eleitor processar sua decisão de voto”, explica.

Desconfiança

Há dados que endossam o que diz Borenstein. Pesquisa Quaest divulgada em 14 de setembro mostra que a desconfiança da população com o STF aumentou 10 pontos percentuais em apenas um mês, alcançando 56%. É o maior percentual desde dezembro de 2022. Além disso, o levantamento trouxe que a preocupação dos brasileiros com a corrupção subiu oito pontos percentuais em 12 dias, sendo o segundo problema mais citado pelos entrevistados.

Borenstein destaca que a eleição para o Senado tem uma dinâmica própria. Por exigir apenas maioria simples, os candidatos podem adotar discursos mais radicais e focados em seus nichos,

diferentemente das disputas para a Presidência e para os governos estaduais, que exigem a maioria absoluta dos votos e forçam a busca pelo eleitor moderado.

“É diferente do pleito para presidente e para governador, onde os candidatos têm que fazer 50%. Aí, de fato, o candidato que adotar uma narrativa muito radical pode afetar o eleitorado independente”, observa.

Para Borenstein, a pauta anti-Supremo tende a beneficiar a direita nas urnas na disputa pelo Senado. “O bolsonarismo faz o discurso antissistema, que alimenta a preocupação com a corrupção e faz com que se fortaleça o antipetismo. A esquerda tem dificuldades — até pelas relações que o Lula teve com o Supremo nos últimos três anos — de, por exemplo, defender o impeachment de Moraes”, alerta.

Ainda assim, nos principais colégios eleitorais do país, o quadro

da corrida ao Senado está cristalizado na proporção 50-50, com mais dificuldades para os nomes associados ao bolsonarismo. No Rio de Janeiro, a tendência é de que a esquerda despeje votos em Benedita, que lidera a pesquisa Quaest ao Senado com 15% das intenções. Na direita, Carlos Jordy (PL), Carlos Portinho (PL) e Marcelo Crivella (Republicanos) brigam pela escolha do eleitor afinado com esse campo ideológico.

Em São Paulo, Simone Tebet e Marina Silva estão na frente. Mas André do Prado (PL) e Guilherme Derrite (PP) estão próximos e tentam abocanhar a segunda vaga.

No caso de Minas Gerais, Marília Campos lidera com 13% das intenções de voto, contra cinco nomes ligados à direita. Carlos Viana (PSD), Aécio Neves (PSDB) e Domingos Sávio (PL) se digladiam para ver com quem fica a outra cadeira.

Assédio eleitoral: situação repetida com frequência

» BEATRIZ VASCONCELOS*

O Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou com uma ação judicial por assédio eleitoral, na sexta-feira, contra Rico Melquíades, humorista, influenciador digital, criador de conteúdo e campeão da 13ª edição do reality show *A Fazenda*, em 2021. Ele publicou um vídeo em que questionava a posição partidária de suas funcionárias domésticas — afirmava que “não queria petista” em sua casa e ameaçava uma delas de demissão por, supostamente, ser simpaticizante do PT.

Com a repercussão negativa, Rico se retratou nas redes sociais. Declarou que nenhum trabalhador deve sofrer coação ou imposição política e afirmou que as funcionárias que aparecem no vídeo “fazem parte da família”. “Vivemos em uma democracia e precisamos respeitar uns aos outros, sem jamais ultrapassar os limites previstos pela Constituição”, justificou-se.

O MPT também processou o empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas de departamento Havan, por assédio eleitoral. O episódio teria ocorrido na inauguração de uma unidade em Caldas Novas (GO). Apoiador de Jair Bolsonaro — no Sete de Setembro de 2022 estava no palanque de campanha que se seguiu ao desfile cívico, em Brasília; chegou a incomodar o ex-presidente e então candidato à reeleição por roubar a cena —, Hang posicionou-se contra o fim da escala 6 x 1 para seus funcionários

e classificou a proposta, que está em discussão no Senado, como “estelionato eleitoral” promovido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“A liberdade do trabalho é de vocês, e não do Congresso Nacional. Eles querem ganhar o voto de vocês em outubro”, acusou.

O episódio também teve repercussão negativa. Por nota, Hang disse estar sendo perseguido e alegou não ter cometido assédio eleitoral. “Expressei minha opinião sobre uma proposta que está sendo discutida no país. Não falei de candidato, não falei de partido, não pedi voto para ninguém, não determinei em quem ninguém deveria votar. Apenas falei o que penso”, afirmou, alegando ter direito de expressar sua opinião.

O presidencialista Romeu Zema (Novo) se posicionou em defesa de Hang. Para ele, o empresário teria apenas falado o que pensa ao opinar sobre uma proposta que está em discussão no Congresso.

Para o MPT, porém, não é somente uma questão de liberdade de opinião. Algumas posturas, sobretudo em períodos eleitorais, são reconhecidas como ameaças veladas e direcionamento do direito de escolha do eleitor. **O Ministério Público do Trabalho** enxerga em posturas como as de Hang e de Melquíades a típica conduta assediadora.

“(Trata-se de) uma mensagem ameaçadora que associa a mudança na forma de trabalho a cortes de pessoal e a perdas econômicas,

Como denunciar

Os trabalhadores que sofrerem qualquer forma de pressão, coação, intimidação de maneira a que tentem fazer com que mude o seu voto, deve denunciar às entidades sindicais ou ao site do Ministério Público do Trabalho. No portal do MPT, há um um espaço para fazer a denúncia com a opção sendo sigilosa ou anônima. Em caso de sigilo, os dados da vítima e as informações prestadas são preservados. Em casos de denúncia sigilosa, é importante encaminhar o maior número possível de informações e provas. Os procedimentos de assédio eleitoral têm prazos muito rápidos, já que a eleição está próxima.

caso prevaleça a posição contrária à do empregador, além de discurso velado que vincula o resultado político à estabilidade da empresa e do emprego”, frisa o MPT sobre o vídeo do dono da Havan.

Coação e discriminação

Segundo a procuradora do trabalho Geny Helena Marques, embora os casos de Melquíades e Hang tenham ocorrido em contextos diferentes, ambos significam situações claras de assédio eleitoral. No caso do influenciador, a ação

Geraldo Magela/Agência Senado



Melquíades expôs funcionárias domésticas e, depois, teve de se retratar

envolve trabalhadoras domésticas. Pior: além da coação relacionada ao voto, discriminação por convicção política e exposição das trabalhadoras nas redes sociais. Em relação ao dono da Havan, a ação tem como contexto uma relação empresarial organizada e coletiva.

De acordo com Geny, “não existe um ambiente de trabalho típico como requisito para o assédio eleitoral”. A prática pode ocorrer, inclusive, por meio de grupos de WhatsApp, sistemas corporativos ou redes sociais, desde que exista conexão com a relação de trabalho e utilização dessa

relação de poder “para constranger ou interferir na liberdade política”.

Segundo dados divulgados pela Procuradoria-Geral do Trabalho, desde o início do ano o órgão recebeu 426 denúncias de assédio eleitoral. O número representa um aumento de, aproximadamente, 401% em comparação com o mesmo período das últimas eleições presidenciais, em 2022, quando foram registradas 85 reclamações.

Geny conta que as denúncias mais frequentes relacionadas à próxima eleição envolvem

empresas que atuam na área de terceirização. “Empresas de vigilância, de limpeza e de outros serviços terceirizados. O que a gente verifica é que são os contratos de trabalhadores com vínculo (empregatício) mais vulnerável”, adverte, acrescentando que quanto mais ampla for a situação de vulnerabilidade, mais o trabalhador se sente constrangido e com receio de perder o contrato e a remuneração — e se submete à determinação do empregador.

As maneiras de assédio mais frequentes estão relacionadas à convocação obrigatória para reuniões e eventos políticos. “Mesmo quando os gestores alegam que são apenas convites, o trabalhador, dentro da relação de trabalho, toda vez que é chamado a participar de um evento pelo empregador, se sente obrigado a participar”, disse a procuradora.

Ela chama a atenção para as pressões de divulgação candidaturas em redes sociais, exigência de utilização de camisetas, adesivos ou materiais de campanha — são, igualmente, assédio eleitoral. “Teve uma situação, que, inclusive, foi ajuizada com o relato de um convite para um treinamento profissional. Só que não era um treinamento profissional. Era um evento político com a participação de uma candidata. Tentou-se burlar falando que era um treinamento de capacitação”, relata Geny.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi